

Orçamento de 2004 prevê inflação acima da meta

Proposta do governo mantém superávit de 4,25% do PIB

**MURILO RAMOS E
LUIS OSVALDO GROSSMANN**
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

BRASÍLIA – O ministro do Planejamento, Guido Mantega, entregou ontem ao Congresso Nacional a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. No documento, que orienta o Orçamento do ano que vem, o governo prevê uma inflação de 6,5%, maior que a meta estipulada na carta aberta que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, entregou ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em fevereiro – na ocasião, a expectativa era de uma inflação de 5,5%. A primeira LDO da era Lula estima ainda que o dólar deverá fechar 2004 valendo, em média, R\$ 3,56.

O governo estimou ainda a escala de crescimento do país pelos próximos anos. De acordo com a LDO, o Produto Interno Bruto vai crescer 3,5% em 2004, 4% em 2005 e 4,5% em 2006. Já o superávit primário (receitas menos despesas, excluindo pagamento de juros), para os qua-

tro anos de governo Lula, será mantido em 4,25%.

– Essa meta não é um arrocho. Trata-se de uma política fiscal mais apertada. Com ela, vamos reduzir a relação dívida/PIB, baratear os juros e, assim, estimular os investimentos. Se as reformas da Previdência e tributária vierem, os bons resultados serão sentidos mais rapidamente – afirmou Mantega.

Na última semana, o ministro do Planejamento tinha dito que a relação dívida pública/PIB seria inferior a 50% ao final de 2006. Na proposta entregue ontem, no entanto, está previsto, com o pagamento de dívidas antigas (esqueletos), uma relação de 51,43%.

– As dívidas antigas têm de ser reconhecidas. Não é conveniente fazer previsão sem os esqueletos – disse Fernando Pinto, sócio da consultoria Global Invest.

A inserção de um mecanismo anticíclico no superá-

vit primário (meta flexível, atrelada ao desempenho do PIB), a partir de 2005, foi novamente debatida pelas lideranças do PT no Congresso. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, afirmou que em um ano será possível entregar uma proposta consolidada do dispositivo.

– É uma alternativa à política extremamente monetarista do Fundo Monetário Internacional, que não tem sido tão exitosa. Dá para ver em países vizinhos, como a Argentina. Creio que em um ano teremos esse modelo anticíclico com uma solidez maior – reforçou.

A preocupação com a excessiva vinculação dos recursos da União também está explícita na LDO. O governo pretende retirar proteções existentes a alguns setores específicos. Entre eles, os reservados às áreas de ciência e tecnologia e defesa.

“Essa meta não é um arrocho. É uma política fiscal mais apertada”

*muriloramos@jb.com.br e
luisog@jb.com.br*